

REPARAÇÃO DO MAL QUE FIZEMOS

21. “O homem sofre sempre a consequência de suas faltas; não há uma só infração à lei de Deus que fique sem a correspondente punição.

“A severidade do castigo é proporcionada à gravidade da falta.

“*Indeterminada* é a duração do castigo, para qualquer falta; *fica subordinada ao arrependimento do culpado e ao seu retorno à senda do bem*; a pena dura tanto quanto a obstinação no mal; seria perpétua, se perpétua fosse a obstinação; dura pouco, se pronto é o arrependimento.

“Desde que o culpado clame por misericórdia, Deus o ouve e lhe concede a esperança. Mas, não basta o simples pesar do mal causado; é necessária a reparação, pelo que o culpado se vê submetido a novas provas em que pode, sempre por sua livre vontade, praticar o bem, reparando o mal que haja feito.

“O homem é, assim, constantemente, o árbitro de sua própria sorte; ele pode abreviar ou prolongar indefinidamente o seu suplício; a sua felicidade ou a sua desgraça dependem da sua vontade de fazer o bem.”

Tal a lei, lei *imutável* e em conformidade com a bondade e a justiça de Deus.

Assim, o Espírito culpado e infeliz pode sempre salvar-se a si mesmo: a lei de Deus estabelece a condição em que se lhe torna possível fazê-lo. O que as mais das vezes lhe falta é a vontade, a força, a coragem. Se, por nossas preces, lhe inspiramos essa vontade, se o amparamos e animamos; se, pelos nossos conselhos lhe damos as luzes de que carece, *em lugar de pedirmos a Deus que derroque a sua lei, tornamo-nos instrumentos da execução de outra lei, também sua, a de amor e de caridade*, execução em que, desse modo, ele nos permite participar, dando nós mesmos, com isso, uma prova de caridade. (Veja-se *O Céu e o Inferno*, 1ª Parte, caps. IV, VII, VIII.) (Fonte: Evangelho Segundo o Espiritismo, Cap. XXVII, item 21)

O mal que fazemos a alguém deve ser reparado fazendo-se o bem a essa mesma pessoa ou poderá ser feito a qualquer outra?

É indispensável fazer o bem, não importa a quem. O bem que nós fazemos a qualquer pessoa, em qualquer lugar, é ponto positivo na nossa contabilidade das ações, que vai anular o mal que praticamos em relação a outrem. A reparação, portanto, não é imposta àquele a quem prejudicamos, mas sim às Leis Soberanas da Vida. A Lei manda amar. Quando agredimos, desrespeitamos esse equilíbrio por intermédio da pessoa a quem ofendemos. Quando realizamos um ato positivo, anulamos o agravo, na sua origem. Se a pessoa ofendida prefere manter o ressentimento, é um problema da sua inferioridade. Por isso, Jesus proclamou a necessidade do perdão. Perdoar sempre, indistinta e constantemente. (Divaldo Franco Responde. Vol 2, p.268)